

## ÉTICA E POLÍTICA: PRESSUPOSTOS PARA CIÊNCIA

*Prof. Dr. Roberto Romano (UNICAMP)*

As freqüentes discussões sobre a ética, realizadas em vários recantos do País, mostram uma preocupação legítima. Mas o próprio fato de sua existência evidencia algo estar ecedor. "Nada pior, disse um dia Horkheimer, do que alguém mergulhado na massa, gritando... contra a massa". Nada pior, glosaríamos, do que pessoas imersas em certa ética, esbravejando contra elas mesmas. Temos indícios e provas: vivemos num clima valorativo bastante marcado pelas relações de favor, desde o nível familiar até as mais altas esferas estatais. Esta é a nossa ética. No Brasil, a determinação universal dos direitos humanos é quase inexistente. Favor e violência. Trazemos na carne e na alma as marcas contraditórias do pior servilismo e da mais ensandecida agressividade. Nunca sabemos a hora em que o nosso próximo irá nos matar "gratuitamente", ou quando ele nos adulará visando pedir-nos algum serviço.

Poder-se-ia afirmar: trata-se de fenômeno humano universal. Conhecemos os tratados antigos e modernos sobre a lisonja e a tirania, freqüentamos Platão, Aristóteles, Plutarco, Sêneca, Maquiavel, Espinosa, Montaigne, Francis Bacon, Heidegger e tantos outros, o bastante para conhecer os danos que a natureza dupla do pretense animal racional pode causar, quando movido pelo medo ou pela esperança. O Direito, o Estado, a Igreja, enfim, as instituições de caráter disciplinador foram previstas para isto: domar o lobo adormecido em nós. Sabemos que elas visam conter a fúria da hiena que também habita sob nossa pele. As regras jurídicas foram ideadas sobretudo contra os hipócritas. Estes são lobos e hienas, mas, como velhas raposas, apresentam-se enquanto mansos cordeiros.

No *Sobrinho de Rameau*, o filósofo das luzes por excelência, Diderot, descreve esse estado de

alma que perpassa todo o reino animalesco do espírito, especialmente o mundo estranho dos intelectuais. "No interior da natureza, todas as espécies se devoram; todas as condições se devoram na sociedade. Nos justificamos uns aos outros, sem que a lei se intrometa". Estado da natureza, estado social: ambos prolongam a violência. No primeiro ela é insensível e necessária. No segundo ela é consciente e hipócrita. Com cinismo lúcido, afirma o *Sobrinho* do grande músico no diálogo de Diderot: "Quando digo vicioso, é para usar a vossa língua; pois entraríamos num acordo, talvez, e poderia ocorrer que vós chamásseis vício o que eu chamo virtude, e virtude, o que eu chamo vício".

Na vida natural, os seres se devoram para continuar vivendo. Na sociedade, a comilança é mais cruel, pois não ocorre apenas no campo somático. A violência está na ponta da língua, garra mais letífera do que as unhas. Flexível, ela se volta, ao mesmo tempo, para tudo e todos. Já o dramaturgo e poeta Racine, na trilha de tantos outros, como Shakespeare, utilizou a onomatopéia para descrever a língua humana. Trata-se da última cena de *Andrômaca*. Orestes enxerga Hermione tentando proteger seu inimigo, Pirro. Ela joga contra ele olhares ameaçadores. Pergunta-se o herói: "Quels démons, quels serpente traine-t-elle après soi? Hé bien! Filles d'enfer, vos mains sont-elles prêtes? Pour qui sont ces serpents qui sifflent sur vos têtes?"<sup>1</sup>. O chiado horrendo, o coleio sugerido no cicioso discurso, tudo isto recolhe a fala das paixões e do mando.

Os "superiores" humanos encontram na língua a forma mais sutil de assassinato recíproco. Voltemos ao *Sobrinho de Rameau*: "Parecemos, alegres, mas, no fundo, temos péssimo humor e grande apetite. Lobos são menos esfaimados; tigres, menos cruéis. Devoramos como lobos, quando a terra

\* Texto apresentado no I Seminário de Pesquisa do Centro de Educação e Ciências Humanas — UFS — abril/1992.

1 "Quais demônios, serpentes, ela arrasta consigo? Pois bem! Filhos do Inferno, vossas mãos estão prontas? Por que são essas serpentes que assobiam sobre vossas cabeças?"

cobriu-se durante longo tempo de neve. Estraçalhamos como tigres tudo o que é bem sucedido". O Verdadeiro, o Belo, o Bem, no singular e com maiúsculas, são apenas desculpas, impiedosas mentiras que usamos para nos enganar. Numa linguagem posterior, eles constituem universidades abstratas, só levadas a sério pelos tolos ou pelos mais perversos, os quais as utilizavam para engodo absoluto.

Quando ouço pessoas falando sobre "a" ética, lembro-me do *Sobrinho de Rameau* com sua advertência perfeitamente sadia: "Num assunto tão variável quanto o dos costumes, nada é absolutamente verdadeiro ou falso, a não ser o seguinte: é preciso que sejamos o que o interesse quer que nós sejamos. Bom ou mau, sábio ou louco, decente ou ridículo, honesto ou vicioso". Arregar sobre valores, pensando que se está agindo bem, não garante nada sobre a boa intenção do sujeito retórico. Em nossa vida ética, agora brasileira, a inflação do moralismo, os apelos às formas retas (descritas pelos filósofos normativos) apenas nos indicam desconfinção nestes discursos. A figura de quem levanta a máscara da corrupção em todos os cantos e setores, é apenas o truque mais sutil, o jeito astuto de governar pessoas, dizendo algo e fazendo exato o contrário."

"Num assunto tão variável quanto o dos costumes", diz o *Sobrinho*. Verdade antiga como o ceticismo, sombra que sempre surge na busca da co-existência política. Nas leis, sobretudo: se não há discurso verdadeiro em absoluto, como garantir obediência de todas as regras, atenuando a guerra sem descanso? Resposta imediata: a força, fundamento e garantia do direito. Entre Diderot e Hobbes, a lâmina é fina, frágil. Também é muito pequena a distância entre as teses do *Leviatã* e as de Pascal. As variações das leis e dos costumes pelo mundo, "suas contradições, inconsistências do ponto de vista racional e jurídico, sua submissão ao capricho o acaso, eis o que se apresenta a Pascal a cada vez que ele deseja definir a sociedade humana. Um só princípio de unidade neste caos: a força. Conhecemos a famosa frase pascalina. "Não podendo executar o justo enquanto forte, fizemos com que o forte fosse justo". A pretensa justiça, nas sociedades humanas, é apenas a máscara da potência bruta, como a virtude era nos indivíduos o mascaramento dos

apetites. Além disto, Pascal acrescenta à força, a imaginação, ou 'opinião', elemento acessório, uma vez que 'é a força que faz a opinião'. Ademais, o 'Império fundado sobre a opinião e a imaginação reina pouco temp... o da força reina sempre' (cf. Benichou, Paul: *Morales du Grande Siècle*).

A força pura, entretanto, não funciona sempre no jogo do poder. Como já mencionei, a palavra adulatora é o seu mecanismo espiritual. Se dirigida pelos governantes aos governantes, ocorre a completa falta de civismo, a servidão voluntária. Se endereçada pelos governantes aos súditos, rege a demagogia tirânica, o despotismo da propaganda. Nas suas anotações sobre as *Morales* de Plutarco, Racine acrescentou algumas frases do *Cortesão*, obra fundamental de Baltasar Castiglione. Citemos o trecho como Racine o copiou, em italiano: "Si e trovato trà gli antichi sapienti chi ha scritto libri in qual modo possa l'uomo conoscere il vero amico dall'adulatore: mas questo che giova, se molti, anzi infiniti son quelli che manifestamente comprendono esser adulati, e pur amano chi gli adula, e hanno in odio chi dice lor il vero?" (*Pléiade, Oeuvres Diverses* de Racine, p. 940).<sup>2</sup>

Mestres e submetidos adulam-se mutuamente. Ambos vendem a imagem idealista e mentirosa do seu outro determinado. Sem essa perversão radical inexistiria poder. Este último reúne o monopólio da força física, o monopólio da gestão do excedente econômico (impostos, taxas, etc.) e o monopólio da ordem jurídica. Mas sem "opinião", como diria o filósofo de tipo platônico, ao contrário do que diz Pascal, impossível o mando. O medo e a esperança, vividos imaginariamente, movem os humanos não bafejados pelo saber.

A auto-imagem excelente, por sua vez, exige um Outro, o inimigo, ser inferior, perigoso, vil. Quando se produz este adversário no plano dos povos, temos o chauvinismo, estreito sentido de nacionalidade. Quando isto surge nas Igrejas, testemunhamos as guerras contra a heresia (sempre o Outro é o herege), as fogueiras etc. Quando isto dá-se no campo ideológico, explodem os processos com os de Moscou, a queima de livros como na Alemanha nazista, anunciando a combustão dos corpos estranhos à "sadia" raça, à saúde partidária. Surgem as políticas de corações e mentes.

Hoje, entramos numa cruzada pela moral em nosso País. Julgo importante apontar alguns traços

\* Elias Canetti, em seu livro *Massa e Poder* mostra que um modo de exercer o mando, é assumir sistematicamente o papel de desmascarar todos os semelhantes. A cultura humana, o convívio no seu interior, exigem papéis e máscaras. Quem se permite dizer tudo, desamando o próximo, usa de uma violência inaudita. Como diz um poeta, citado por Antônio Cândido de Mello e Souza, em *Tese e Antítese*, no capítulo intitulado "Da Vingança": "quando tudo fd dito, não podemos mais pedir perdão". Sem perdão, impossível con-viver. O inferno toma-se o outro.

<sup>2</sup> Frases mais importantes: são infinitos os que desejam ser adulados, amam quem os lisonjeia, odeiam quem lhes diz a verdade...

verdadeiramente éticos em nossa formação política, em termos históricos. Há unanimidade no juízo: entre nós, a **res publica** confunde-se com o privado e vice-versa. Os que deveriam apenas administrar os bens da população como um todo, julgam-se donos de recursos materiais e humanos. Clara situação despótica. Já Bodin, em conhecida frase, explicava a diferença específica do regime tirânico. Nele, o "Príncipe usa os bens dos súditos como se fossem próprios". Podemos repetir: semelhante destino é universal. O fenômeno da indistinção entre os planos ocorre nos países industrializados e retrógrados, nos democráticos e nos ditatoriais. Sob o nome genérico de corrupção ética, ele tem sido observado sob os mais variados prismas.

Ocorre, entretanto, que, para combater essa forma lamentável de domínio, precisamos encontrar a gênese específica que a define, em cada forma social determinada. No caso brasileiro, muitas tentativas foram feitas para elucidar tamanho abuso do público pelos indivíduos e grupos privados. Valem-me-ei das teses expostas por Maria Sylvania de Carvalho Franco, em seu já clássico livro sobre a estrutura social brasileira e a gênese do Estado entre nós. Refiro-me particularmente ao livro **Homens Livres na Ordem Escravocrata**, com especial atenção aos capítulos estratégicos: "Patrimônio estatal e propriedade privada" e "As peias do passado".

Hoje constatamos a penúria de recursos públicos, e a sua utilização para alvos particulares. Os dois itens brotam da miséria geral, sentida em todo o País. Algo idêntico ocorre no século XIX. Situação brasileira nas primeiras décadas daquele século: na economia, estagnação geral, mesmo no Sul, onde crescia a nova riqueza, o café. Ocorre também a estabilização das tarifas de importação a um baixo nível, privando o Estado de sua maior fonte de arrecadação, e também onerando o produtor brasileiro, transformando-se parte de seus lucros em meios para o governo.

Desse modo, como estabelecer — num país de grandeza continental — um governo centralizado e eficiente? De qual fonte retirar meios para montar a máquina do Estado? Foi tentada a via dos empréstimos externos, mas com óbices próprios à política internacional, dominada pelos interesses imperiais britânicos. A segunda via, foi a de melhorar a arrecadação interna. Em 1934, o aparelho tributário brasileiro acabou de se constituir. Foram tomadas providências para racionalizar as finanças públicas.

Um elemento visado por excelência, foi o agente fiscal. Para garantir sua fidelidade ao público, imaginou-se compensação pecuniária pelo bom desempenho.

A partir de 1840, foi-se consolidando um governo centralizador, discriminando as rendas públicas em detrimento das Províncias e dos Municípios. Diga-

se de passagem: em prejuízo sobretudo destes últimos. Observa-se uma clara expropriação das agências intermediárias do governo, deixando-as na dependência do poder central. Ocorre que o funcionário fiscal, por mais bem aquinhoado que fosse, do ponto de vista monetário, tinha com o Rio de Janeiro uma relação de distância e estranheza. Já o oposto ocorria nos vínculos entre ele e a sociedade local. Nela, ele era "alguém", dela sofria pressões diretas. Os seus atos, junto com os dos representantes dos municípios, orientavam-se preponderantemente pelos valores ou interesses a que os agentes do governo estavam imediatamente presos. Existiam regras abstratas e universais, mas elas eram diluídas pelas pressões de comunidades políticas mínimas, os municípios — com seus "homens de bem", ricos fazendeiros etc. — os quais, face à concentração do mando, no plano nacional, só podiam reforçar formas não universalizáveis de recursos para o que era público, mas local. O município tem tarefas próprias. E o funcionário do fisco deve, teoricamente, priorizar os interesses de seu empregador longínquo e abstrato: o Estado nacional. Assim, temos os primeiros óbices na constituição pública do fisco. O servidor público possui vínculos com o ambiente em que vive. Estes vínculos não são compensados por uma atitude profissional. Tudo isto leva o uso de normas e regulamentos para o terreno do consuetudinário, o plano dos costumes. Est. mos em plena ética estatal brasileira, não em abstrato, mas em seu nascedouro perverso.

A penúria de recursos, diga-se, abrange todas as instâncias administrativas. Isto força, ao mesmo tempo, as medidas mencionadas de racionalização administrativa, e as impede. Maria Sylvania dá um exemplo estratégico: em plena "civilização do café", em Guaratinguetá, onde reina o fausto e a riqueza, a cidade é só um aglomerado de ruas e largos mal cuidados. Para se construir um cemitério, foi preciso quase um século. Águas, esgotos, teatro, iluminação, transportes, mercado, matadouro, também levam um século para serem instalados. E isto, só ocorreu com o alargamento das atribuições das Câmaras Municipais, e a modificação das práticas financeiras.

Durante todo esse período, os municípios estão na penúria. As queixas sobre os serviços não realizados são mais do que frequentes. Diante dessa real impossibilidade de atender aos requisitos mínimos da cidade, os poderes municipais tentam ampliar as rendas públicas legalmente. O crivo do imposto, afirma a autora, descaracteriza o contribuinte, ao incidir sobre categorias amplas da população, definidas por critérios gerais, e faz do cidadão um devedor do Estado, exigindo sua participação indiscriminada em despesas administrativas também não especificadas. Deste modo, a provisão de fundos públicos pelo tributo dissolve,

em uma massa de valores cujas origens, neste ou naquele bolso, ficam perdidas, as possibilidades de influência direta por parte de seus possuidores primitivos. Transfere-se assim, em sua plenitude, o poderio pessoal encimado pelo dinheiro, para as mãos dos que, em dado momento, representam a autoridade pública e gerem seus recursos.

Tudo isso, entretanto, tornou-se pálido, diante da concentração de recursos públicos para o governo central. Este deixou quase vazios os cofres dos municípios. Os poderes locais permaneceram "trancados numa pobreza Inerte".

Dada essa lamentável expropriação, surge um traço ético ainda mais triste, em suas consequências, que nos assola até hoje. Município falido? Apela-se para a ajuda dos cidadãos com recursos. Mesmo os precários remendos de rua, calçadas, pontes, em que se resumiram as realizações municipais por mais de três quartos de século, ficaram muitas vezes na dependência da boa vontade dos habitantes urbanos.

Chegamos ao ponto sinistro: diante da impossibilidade de atender ao mínimo indispensável para a manutenção do modesto patrimônio municipal, não foi raro — e peço particular atenção a este item — que seus agentes empregassem seus próprios recursos no reparo ou realização de obras públicas. Algumas autoridades chegaram a empatar consideráveis somas nas obras daquele tipo. Ou seja: estando os cofres municipais vazios, e perante a urgência das obras, o agente ou autoridade local colocava do seu, em forma de empréstimos. Ao que tudo indica, tal prática tornou-se rotina. Nas Atas da Câmara de Guratinguetá encontramos mesmo a seguinte nota: "Que cada vereador adiante por empréstimo ao cofre municipal, pelo prazo de seis meses, a quantia de 100 mil réis, para o fim de executar-se alguns consertos urgentes" (08-01-1864).

Falta dinheiro, faltam prédios para o próprio serviço público? Novamente o recurso ao bolso particular. Pobreza de meios: isto faz com que o funcionário dependa menos do poder normativo central — racionalizador, burocratizante, mas vampiro — e mais dos senhores locais. Resultado: ao invés do funcionário tornar-se um executivo que apenas gere os meios da administração, ele manteve-se na condição de seu proprietário. Sabemos a definição de uma burocracia estatal moderna, segundo Max Weber (citado pela autora): nela, os funcionários são expropriados da propriedade dos meios de administração, apenas gerindo-os.

No Brasil do século XIX com sérias consequências sobre o nosso presente, embora mantidos os gastos sempre dentro do imprescindível à preservação dos bens e à continuidade dos serviços do Estado, mesmo para este mínimo, os recursos oficiais eram escassos, compensando-se essa falta

pelas incursões aos bolsos dos cidadãos e das autoridades. O resultado disto foi o seguinte: em lugar de servidor público tornar-se cada vez mais um executivo, ele não queria apenas os meios, ele os possuía. "Seu era o dinheiro com que pagava obras: seu o escravo cujos serviços cedia; sua, a casa onde exercia as funções públicas".

Essa mistura entre a coisa pública e os negócios privados fundamenta a extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado. "A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos próprios, particulares, as realizações do governo, está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto dos bens públicos confiados à sua guarda. Por que não o faria? Por que não satisfaria aos próprios objetivos com dinheiros do governo, se, não raro, as dificuldades deste último eram resolvidas com haveres seus, pessoais? Acaba por constituir-se de fato, nessas condições em que ficam completamente fluidos os limites entre o que é patrimônio da Administração e o que é propriedade do administrador, um fundo de bens comuns cujos valores, indivisos entre os dois membros da associação formada, servem indistintamente ora a um, ora a outro".

A autora cita muitos casos. Um é particularmente claro: num processo por peculato, o acusado termina sua defesa do seguinte modo: "O dinheiro existe suficiente para cobrir os saldos; se não existisse, a fiança própria do denunciado bastaria para esse efeito. Como, pois, apresenta a honrada promotoria o denunciado como culpado do crime de peculato por ter-se apropriado ou consumido dinheiro a seu cargo?" Comenta Maria Sylvania de Carvalho Franco: Esta é certa "moralidade" estranha, inteiramente, aos princípios do Direito próprios à promotoria e à Lei. Se o dinheiro existe, pensa o acusado, é de pouca importância que o governo entre na sua posse de acordo com prazos e prescrições legais. Na verdade, o sentido dessa argumentação resume-se numa idéia de proibidade para a qual é totalmente irrelevante onde esteja o dinheiro — nas mãos do coletor, nas do contribuinte faltoso ou nos cofres públicos — desde que possa ser produzido. Ali está uma ética, diz a autora, que se opõe à regulamentação legal da ação do funcionário, mas que vale de modo dominante na sua conduta efetiva, imaginando a observância da Lei como limitada a uma "formalidade" vazia de conteúdo e significação. É essa a conciliação possível entre as duas ordens contraditórias a que estariam ao mesmo tempo sujeitos os atos do servidor público: a satisfação, muito de aparência e exterioridade; das normas legais, e a efetiva orientação pelo estatuto costumeiro ("ético").

Isso fica evidente no trecho da defesa do acusado: "O que a Lei pune, diz ele no processo, é o desvio fraudulento, a subtração acompanhada de intenção culposa. É a fraude, a fraude só

que constitui o desvio (...). O mandatário não desvia uma soma por isso só que a emprega em seu uso pessoal, se tem a intenção e meios de a reembolsar (...). Não é verdade que o denunciado fazia jogo com a arrecadação dos meses que corriam para cobrir os saldos dos meses decorridos. As entradas se faziam mensalmente no dia 5 de cada mês. Será possível que de 1 a 5 de cada mês a arrecadação produzisse rendimentos para semelhante jogo, **aliás sem importância**, desde que as entradas eram feitas em dia e o denunciado tinha fiança em bens próprios?"

Isso era regra geral, aceita pelos habitantes dos municípios. No caso em pauta, o acusado, conforme testemunhas recolhidas no processo, "era mesmo um dos mais votados eleitores da paróquia, tendo exercido sem censura, desde 1849, o cargo de escrivão da coletoria, no qual se manteve até passar em 1872 ao exercício dos lugares de coletor geral e provincial".

Analisa Carvalho Franco: o cargo público surge, aqui, como uma oportunidade que se aproveita e explora conforme os interesses da vida corrente, mas os preceitos que regem seu exercício pertencem a um mundo estranho, apartado do cotidiano.

A autora mostra que, além dos escassos recursos materiais, também tivemos pobres recursos humanos. Funções de mando e governo, e de administração — desde a política até a vereança, o cargo de alcaidade, etc. — eram cumpridas por lavradores, e demais pessoas sem adestramento específico. Mas justo por isto, por estarem elas imersas na sociedade local, conhecendo seus padrões costumeiros, cumpriam rápida e eficazmente seu mister, mesmo que este fosse contra a Lei pública, e as normas universais, proclamadas no Rio de Janeiro.

O mesmo fato possibilitou a troca ambígua de influência entre autoridades e funcionários e pessoas "de bem" do município. As relações de favor, outra das determinações sociais, mostram seu peso quando entram no espaço entre a **res publica** e as pessoas privadas.

Enquanto no século passado o movimento era ambíguo, entre os bolsos do funcionário e os cofres públicos (o funcionário, ou autoridade, colocava seus bens a serviço do público, e exigia o retorno, quando preciso) no século vinte, especialmente durante e após o período desenvolvimentista, com o governo JK — época em que mais se enriqueceu no País, através da construção civil e da centralização do poder federal, em detrimento dos municípios e Est. dos — a prática deixou de ser ambígua, no sentido anterior. Os benefícios cargo/indivíduo que o ocupa, no século dezanove, tinham mão dupla. Hoje, eles têm apenas um sentido: nenhuma autoridade coloca do seu na **res publica**, para financiar serviços, prédios, pessoas. Mas muitas servem-se dos cofres públicos em benefício pró-

prio. Este traço, pois, pode ser compreendido em termos históricos, econômicos, administrativos, além do plano axológico. Evidentemente, a problemática é mais vasta. E o livro citado também é mais complexo e cheio de matizes. Desejei apenas indicar que, além da conjuntura, temos uma longa crônica "ética", na formação política brasileira, cuja gênese precisa ser estudada. Isto, para não cairmos em ilusões e atos superficiais, deixando intactas as relações de favor, neste jogo entre público e privado. Atos heróicos não solucionam a crise de valores éticos, a qual hoje apenas se agudiza entre nós.

Cabe-nos fazer a crítica desses desmandos. Ao mesmo tempo, somos obrigados à denúncia de outras mazelas imperantes na sociedade, e não apenas no Estado. Por exemplo, o costume do assassinato pago pelos patrões, ricos ou pobres. Caso sejam os primeiros os beneficiados, temos os "capangas". Caso sejam os segundos, temos os "justiceiros". Deste modo, há um espelhamento perverso entre os estragos do Estado e os desmandos dos particulares. Todos calculam, segundo parece, nos mesmos parâmetros do colaborador, na época nazista e na França. Explico-me: com nossos lamentos hipócritas sobre a violência social, nós apenas servimos enquanto caixa de ressonância dos que lucraram econômica e politicamente com a violência. Num artigo sobre os colaboradores franceses e os nazistas, Jean Paul Sartre se perguntava pela sua essência. Eles erraram porque temeram e ajuizaram imperfeitamente os "fatos". É certo: os nazistas eram poderosos. Mas outros "fatos" existiam, e não eram imediatamente visíveis no interior da França ocupada: a capacidade da indústria americana, a tenaz força inglesa, o poderio russo. À covardia hipócrita, uniu-se o erro de cálculo.

Também em nosso caso atual, diante da crise econômica, política, ética, não nos é lícito permitir a colaboração acomodada. Mas ombreamos com amigos e adversários dentro de nossos partidos, universidades, igrejas, que assumem tal atitude hedionda. É o famoso "realismo político". Como vimos, esta pretensa herança de Maquiavel se insere numa história de miséria definida pelo nosso lugar enquanto país, no plano internacional, e pelas relações políticas estabelecidas entre o Estado central, os Estados e os municípios. Tudo isto, permeado pelas relações de inimizade pela Lei, costumeira entre mandantes brasileiros, mas assumida pelos dominados.

"Fatos": eles são feitos, para usar uma expressão francesa: "les faits sont faits". Eles nunca são absolutos, justo porque situados empiricamente, dentro do tempo e do espaço. Dias atrás um grupo de estudantes de jornalismo, da PUC-Campinas, pediu-me uma entrevista valendo-lhes créditos escolares. A primeira pergunta foi: "por que

o Brasil não deu certo?". Respondi dizendo não concordar com o uso do tempo: o passado tinha sido muito rapidamente posto. O Brasil, e seu povo, ainda estão no tempo e no espaço. Estes "nimos, claro, não são neutros. Eles trazem as marcas dos interesses dominantes, internos e externos. Mas o jogo ainda não acabou. Disse, ademais, que tal atitude apenas invertia o romantismo conservador ou progressista, velho ideal que precisa ser vencido. O romantismo, do século passado e início deste, cantava o passado absoluto (quando conservador) ou o futuro absoluto (quando progressista). Herdamos os dois elementos. O primeiro, com o catolicismo conservador unido à doutrina positivista de Comte, na qual a equação "ordem e progresso" deu-se em termos da ordem bruta, da pura força física. O segundo, no ufanismo do Brasil, país do futuro.

Precisamos mudar a valorização dos tempos, se quisermos perder o ritmo de euforia e depressão que nos caracteriza desde o tempo de JK. O presente se ergue rompendo a ética descrita acima, mas também abandonando a política realista que fala em fatos, mas só apresenta fantasmas do passado ou práticas criminosas em nome do futuro. Cinquenta anos em cinco: nesta redução, tivemos um forte impulso para o reforço do passado — o uso do público pelo privado — e para um presente entregue às mãos de movimentos e forças político-econômicas sobre as quais não temos, por enquanto, meios de controle — nossa dívida externa, as companhias multinacionais, etc.

Os fatos são feitos. Até pouco tempo atrás o Estado soviético, com as notas que recebeu do stalinismo, era um "fato". Vimos como ele se desmanchou. Deixemos ao realista de plantão a tarefa ignóbil de justificar os feitos dos que dominam no instante. Nossa tarefa ética é reverter estas situações, produzindo outros fatos. A primeira coisa, urgente, é desconfiar dos moralistas. No Brasil, desde a UDN (União Democrática Nacional), até a gentilha como Jânio Quadros, o que se fez foi preparar, pelo moralismo simbólico, o qual não atinge nossas raízes éticas, no passado e no presente, o advento do "caçador de marajás". Sua meia face representa bem o lado social "ético" brasileiro: relações de favor, mandonismo, posse do público pelo privado. A família Malta é apenas um outro exemplo das relações sociais a que nos acostumamos — favor e violência — que vinculam a sociedade civil e o Estado brasileiro. Ela não é exceção, é regra que engloba dominantes e dominados.

Não estamos sozinhos no mundo. E isto pode ser um fator agravante de nossa crise ética, econômica, política. Renasce, hoje, na Europa e nos EUA, a força irracional, a mesma que produziu justificativas para o nazismo. Dissolve-se o ideal democrático. O ódio entre as raças é incentivado,

bem como o horror pelos diferentes. Os países europeus tomam atitudes cada vez mais odiosas, na repressão aos movimentos migratórios. Eles expulsam os estrangeiros que chegam ou os transformam em semi-escravos. A sorte dos turcos na Alemanha é tão lastimável quanto a dos judeus, antes dos campos de concentração. Nada garante que estes últimos não sejam erguidos contra os africanos, armênios, e todas as minorias étnicas, com o fim da União Soviética. Nas endemias como a AIDS, aprofunda-se o ódio contra os não-ortodoxos sexualmente. Renascem intolerâncias religiosas, com a Igreja Católica retornando ao conservadorismo explícito e imposto desde a cátedra de Pedro.

Tanto ódio pela diferença deve ter uma causa. Um dos mais torpes escritores do Ocidente, e dos mais brilhantes, Otto Weininger, teve, pelo menos, a lucidez de escrever: "não se odeia uma coisa com a qual não se tenha a mínima semelhança. Só o outro é que nos chama a atenção para os traços feios e comuns que possuímos" (*Sexo e Caráter*). No caso da cruzada pela moral, empreendida até pela Rede Globo, esta verdade é patente. Temos a obrigação de cuidar para que nossos defeitos, que odiamos nos outros mas aceitamos, complacentes, em nós, não se tornem desculpas para colaborar justo com os que, sob pretexto de moralização coletiva, escondem a trava no próprio olho.

Os piores inimigos dos heterodoxos sexuais são bons exemplos de indivíduos que rompem, escondidos, a norma machista ou feminina imposta pela fachada moral. Os mais duros combatentes da "corrupção", como bem mostra o caso do nosso "Toninho Malvadeza", são lindos casos de heterodoxia no trato das coisas públicas (Arapiraca). Os mais fanáticos religiosos, no fundo, adoram sexo violento e promíscuo. Basta lembrar o exemplo edificante de Jimmy Swagart.

Mas terminemos por aqui, com Espinosa. O tema é "ética e política". Lembremos um dos maiores documentos filosóficos do Ocidente, a *Ética*. Leiaamos o escólio da Proposição 13, sobre a natureza do homem (segunda parte do livro). "O amor é apenas a alegria acompanhada da idéia de uma causa exterior. O ódio, é só a tristeza acompanhada da idéia de uma causa exterior". E adiante (proposição 43): "O ódio aumenta por um ódio recíproco, e pode, pelo contrário, ser destruído pelo amor".

Não se enganem os que, imaginando-se realistas e sendo apenas cafaíestes, pensam encontrar nessas frases um tolo sentimento, bom para mulheres e crianças. Quem assim escreve é o mais atilado leitor de Maquiavel. Ele sabia muito bem o quanto o ódio, vivido socialmente, destrói as bases éticas da sociedade e do Estado. No Brasil, vivemos sobre uma bomba de ódio. Destilamos ódio na

luta das classes, que vai dos assassinatos de posseiros até os assassinatos no trânsito. Nossas relações universitárias, partidárias, eclesásticas, erguem-se sobre o ódio explícito.

Querer eliminar o ódio e demais paixões só pela denúncia é tarefa inglória. Os que fazem isto, como afirma ainda Espinosa, agora no **Tratado Político**, escrevem sátiras, invectivando a natureza humana ou lamentando-a. Nunca assumem uma ética. A filosofia, desde seu nascimento, e antes dele talvez, já reconheceu: as duas forças cósmicas e políticas fundamentais são amor e ódio. Mas, se fôssemos falar disto, deveríamos regredir até Empédocles de Agrigento. Ética e Política. O último capítulo do **Tratado Teológico Político** de Espinosa nos indica o caminho: "Se a escravidão dos intelectos é norma do regime monárquico, não podemos admitir sua eventualidade numa democracia". O fim último do político, pensa o filósofo, "não é a dominação, nem a repressão dos homens, nem o jugo de uns pelos outros".

Utopia? Costumam os canalhas utilizar semelhante pecha no sentido de encobrir o domínio das mentes e corpos finitos. Segundo eles, o "realismo" exige que tudo que tenha sido, continue e permaneça igual. Congelamento dos tempos. Morte. Para Espinosa, ao contrário, a função política "não é transformar homens racionais em bestas-feras, ou em autômatos". O alvo torna-se "dar-lhes a plena segurança no uso de seus corpos e mentes. Depois disto, eles estarão em condições de raciocinar livremente, não mais se enfrentarão com os instrumentos do ódio, cólera, astúcia, vi-

vido a justiça. Portanto, o fim último da política, é a liberdade".

Conciliar a Lei comum e a vida dos indivíduos. Semelhante tarefa exige rigor e liberdade. Em muitos casos, isto pode parecer apenas paradoxo. Mas deste paradoxo vive a democracia. O governante autoritário é o verdadeiro subversivo, segundo o **Tratado Teológico Político**. Quando ordena o que deve ser pensado e dito pelos cidadãos, ele obriga-os a separar suas palavras de seu raciocínio. "A boa-fé, indispensável à comunidade política, diz Espinosa, se corrompe, encorajando-se os traços detestáveis da lisonja, da perfídia, da quebra dos melhores costumes". Qual a eficácia de leis contra a livre opinião? Resposta da Espinosa que devemos acatar: "Elas atingem os homens retos, e deixam intactos os celerados".

Iniciei com uma rápida lembrança de nosso comportamento, através de filósofos que bem pensaram a sociedade moderna. Nela, podemos nos enxergar enquanto entes vorazes. No fim, lembro Espinosa. Este, tendo em vista nossos costumes como lobos, diz que o fim último, ético, da política, não é nos reduzir a este triste estado, mas incentivar os vínculos racionais, sem desconhecer que somos entes apaixonados. A denúncia da hipocrisia é estratégica: sem um mínimo de livre-expressão do que realmente pensamos e queremos, qualquer política é fadada ao fracasso, qualquer entendimento é simples pacto de submissão. Não somos deuses, mas merecemos algo melhor do que o destino das feras. Este, parece-me, é o mister da ética. E da política.